



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 10:00 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. **7.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**
2. **REQ. N.º 340/13 – PC N.º 229/12 – JOSÉ DA CONCEIÇÃO FERREIRA**
3. **REQ. N.º 608/13 – PC N.º 91/12 – JOÃO PEDRO GASPAR PEREIRA BRANCO E INÊS MARIANA GRÁCIO ASCENSO**
4. **REQ. N.º 1684/12 – PC N.º 131/12 – JOSÉ HENRIQUES**
5. **REQ. N.º 85/13 – PC N.º 720/06 – FERNANDO GOMES PEDROSA**
6. **REQ. N.º 2007/11 – PC N.º 179/09 – JOAQUIM MANUEL PEREIRA FERNANDES**
7. **REQ. N.º 504/13 – PC N.º 171/09 – ANTÓNIO ALBERTO FELIZARDO MACEDO**
8. **REQ. N.º 649/11 – PC N.º 266/07 – GUILHERMINO SILVA OLIVEIRA**
9. **REQ. N.º 611/10 – PC N.º 46/10 – JOÃO MARQUES PEREIRA**

10. REQ. N.º 575/12 – PC N.º 339/05 – SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DE PILADO E ESCOURA
11. REQ. N.º 183/12 – PC N.º 254/10 – TIMOTHY ALEXANDRE TACCHI
12. REQ. N.º 2517/10 – PC N.º 215/10 – ANA BELA DE JESUS LOURENÇO DA SILVA
13. REQ. N.º 554/11 – PC N.º 205/09 – TRADILUSA-EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.
14. REQ. N.º 555/11 – PC N.º 262/09 – CASA BLOCO-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.
15. REQ. N.º 672/11 – PC N.º 162/10 – ILIDIO PEDRO RODRIGUES, LDA
16. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: HELENA MARIA MARTINS GABRIEL – RUA CAMILO CASTELO BRANCO, MARINHA GRANDE – QUEDA DE SINAL DE TRÂNSITO SOBRE VIATURA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIÇÃO E DEFERIMENTO.
17. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: ANTÓNIO JESUS FONSECA GUERRA GOMES - DEFERIMENTO.
18. APROVAÇÃO DE ANTEPROJETO DO RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO.
19. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.
20. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Analisou a informação prestada pela Câmara referente à aquisição de massa asfáltica para a Junta de Freguesia da Marinha Grande e chegou a conclusões que não lhe agradaram. Assim, em 2012 a aquisição deste material é efectuada por concurso público, à CEPESA. Em 26/03/2013 é aberto concurso, com um preço inferior à aquisição de 2012, no pressuposto de que a CEPESA faria esse preço, mas a empresa não concorre e só concorre a REPSOL, com um preço superior, o que faz cair o procedimento. Faz-se então um ajuste direto à CEPESA, que apresenta um valor inferior ao preço base do concurso ao qual não tinha concorrido. A 17/04/2013 é aberto novo procedimento, só aparecendo uma proposta, da CEPESA, que ainda está em análise e cujo valor não lhe foi fornecido. Gostaria de ver esclarecido este procedimento designado por “consultas informais”, referindo que lhe parece que há aqui uma intenção de que a Junta não tivesse a massa asfáltica, porque a quantidade adquirida por ajuste direto é irrisória, uma vez que só dá para cerca de 2 meses.
- ⇒ Na última Assembleia Municipal o Sr. Presidente manifestou perplexidade face à notícia de que haveria empresas que mudaram a sua actividade para outros concelhos devido às taxas praticadas pelo Município, e perguntou quais são essas empresas. Duas delas foram aquelas que apresentaram pedidos no âmbito do programa de apoio ao investimento industrial e que já foram deferidos em reuniões anteriores. Uma outra é a Santos Barosa, que mudou os seus investimentos para fora do País, pois na visita recente que fez à empresa foi confrontado com esta situação, de mudança dos investimentos, nomeadamente para Espanha, devido ao valor das taxas de urbanização, de cerca de 525 mil euros. Esta medida de apoio industrial, que a CDU votou a favor, só peca por tardia, pois já aqui tinham alertado várias vezes para a situação.
- ⇒ Pinhal do Rei – é necessário que neste momento se clarifique a situação nas matas, que não oferecem toda a segurança, pelo que o Presidente da Câmara, como autoridade máxima da Proteção Civil concelhia, deveria tomar medidas necessárias e imediatas para que as pessoas não se desloquem para os locais que oferecem perigo, designadamente agora que se aproxima a quinta-feira da Ascensão.
- ⇒ Reiterou o pedido de informação sobre o andamento do licenciamento das obras da chamada "casa da Marcolina", uma vez que tal como na altura ficou provado, foram feitas ilegalmente.
- ⇒ Casa da Cultura e Galeria – em reunião de Câmara foi transmitida a informação de que as obras estariam prontas em abril, que já passou, prevendo-se agora a conclusão para 14 de maio, que lhe parece pouco provável, pelo que pretende saber quando é que afinal as obras vão estar prontas.
- ⇒ Requereu informação técnica detalhada de todos os procedimentos desenvolvidos, alguns ainda durante o mandato da CDU, relativamente à obra da Rua da Indústria, e a disponibilização, para consulta, de todo o processo.

- **O Sr. Vereador Dr. António Santos abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Voltou a reiterar o pedido sobre o ponto da situação em relação ao protocolo com a UDL, que pretende ver esclarecido não no aspeto quantitativo mas sim qualitativo, e cujo pedido inicial foi apresentado na reunião camarária de agosto/2012 e ao qual não obteve ainda resposta.
- ⇒ Solicitou informação sobre o ponto de situação relativamente ao sintético do ACM.
- ⇒ Referiu que todo o valor do IMI, no caso da Marinha Grande, que não está endividada e não recorreu ao apoio, vem para a Câmara.
- ⇒ A Câmara tem também uma receita à volta dos 300 mil euros, uma vez que o valor do IRS não foi aplicado no apoio da compra de medicamentos, conforme tinha sido a condição imposta para a sua aprovação do Orçamento de 2010.

▪ **A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Quis apresentar uma explicação, dado que ainda não teve oportunidade de o fazer, em relação à marcação da última reunião ordinária da Câmara, marcada inicialmente para o dia 18 de abril, alterada para o dia 19 de abril e depois realizada a 22 de abril. Não pretende não colaborar ou ser entrave ao trabalho da Câmara, mas recebeu um telefonema da Dr.ª Sandra Paiva na 4.ª feira de manhã (dia 17 de abril), e só então soube da alteração da reunião. Tinha uma agenda complicada na 6.ª feira, e atendendo ao aviso tardio, não a conseguiu alterar e era já tarde para ser substituída. O requerimento que apresentou tem a ver com o facto de o Sr. Presidente da Câmara ter afirmado, no fim da conversa telefónica, que a reunião era 6.ª feira. Por outro lado estranhou que a alteração da reunião, ao contrário de situações anteriores, não tenha sido comunicada, como habitualmente, pelo Presidente da Câmara, via telefone.
- ⇒ UDL – perguntou se há novidades em relação ao processo em curso, se a Câmara teve alguma intervenção no mesmo, se reclamou algum crédito, e como, e se salvaguarda o relvado sintético do ACM.
- ⇒ Relativamente à situação nas matas, perguntou se já há mais algum desenvolvimento para além do que é conhecido.
- ⇒ Referiu que o Jornal de Leiria já há 2 semanas seguidas que faz capa com questões sobre a Marinha Grande. Uma sobre o comércio de portas fechadas e lojas abandonadas e outra sobre a Zona Industrial que deixa os industriais envergonhados devido às estradas com buracos, à falta de infraestruturas, falta de vigilância, as novas rotundas, e a inexistência de parque de estacionamento para camiões TIR, que não foi construído. A Câmara pensa atuar em relação a estas situações e de que modo?
- ⇒ Chamou a atenção para a existência de uma casa abandonada em S. Pedro de Moel, situada no início da Av.ª do Farol, no lado direito após a rotunda, onde andavam crianças a brincar, porque é de fácil acesso e constitui perigo.
- ⇒ Relativamente ao Proc.º n.º 1346/1998, apresentado na última reunião camarária (em nome de Maria Madalena Leal Pereira), foi informado pela Chefe da DOT que se tratava de um licenciamento perfeitamente ilegal, pelo que o requerimento

apresentado foi agora indeferido, para não se persistir na ilegalidade. A explicação fornecida foi a de que teriam sido dados pareceres técnicos errados. Durante a reunião consultou o processo e verificou que um dos técnicos intervenientes é ainda hoje um dos técnicos da Câmara, o fiscal Álvaro Letra. Teve conhecimento do caso de um munícipe que está a remodelar uma moradia e que não sabia que necessitava de apresentar projeto, e ao ser abordado por esse fiscal foi aconselhado a suspender os trabalhos, para evitar o embargo, e apresentar o pedido de licenciamento à Câmara. Só que este técnico nem sempre atua assim e nem sempre aconselha a auto-suspensão, avançando logo para o embargo. Entende que a Câmara não pode atuar assim. Concorde com a primeira postura adotada, mas ao ter conhecimento de dois casos que foram tratados com critérios diferentes, requereu o seguinte:

- a) que relativamente ao Proc.º n.º 1346/98, seja solicitado à Divisão Jurídica da Câmara Municipal parecer escrito sobre a possibilidade de instaurar competente procedimento a quem se apurar ter tido responsabilidade na emissão de pareceres técnicos a uma obra, pelos vistos manifestamente ilegal, solicitando-se igualmente que seja analisada a questão, nomeadamente no que concerne à responsabilidade do vereador ao tempo com funções no pelouro do urbanismo;
  - b) requereu ao executivo permanente, nomeadamente ao titular do pelouro do urbanismo, que se digne esclarecer-nos qual das condutas atrás apontadas e adotadas pelo Sr. Fiscal Álvaro Letra é que sufraga, a fim de que os munícipes possam saber com o que realmente contam.
- ⇒ Relativamente à obra designada "casa da Marcolina" requereu informação sobre qual o processo contraordenacional que foi instaurado, respetivo n.º e fase em que se encontra.
- ⇒ Requereu listagem de todos os processos contraordenacionais pendentes, nomeadamente em sede de contencioso administrativo, civil, criminal e contraordenacional (pendências 2012/2013).
- ⇒ Referiu que ao dirigir-se à Câmara para dar entrada de um requerimento, que já trazia feito do seu escritório, foi-lhe cobrada a taxa de 6,10€ para dar entrada do mesmo, pelo que requereu que seja solicitado à Divisão Jurídica da Câmara Municipal parecer jurídico fundamentado, no sentido de averiguar se esta taxa não é anti-constitucional, pois não se está a pagar qualquer serviço, uma vez que ainda não foi prestado.
- ⇒ Requereu cópia da fatura e/ou venda a dinheiro referente ao compromisso n.º 284, datado de 31/01/2013 - valor da adjudicação 18,30€ - fornecimento de refeições, bem como da fatura e/ou venda a dinheiro referente ao compromisso n.º 362, datado de 21/02/2013 - valor da adjudicação 266,80€ - fornecimento de refeições.

Relativamente a todos os pedidos efetuados, a Sr.ª Vereadora requereu que todas as respostas escritas sejam fornecidas atempadamente e sobretudo em tempo legal.

- **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Há mais de um mês que pediu cópia dos documentos oficiais relativos à aprovação e/ou definição das várias candidaturas que o Município efectuou até 2009. Já tem cópia do ofício da CCDRC relativo à Requalificação Urbana, mas ainda não recebeu os documentos relativos à candidatura para a Requalificação Ambiental e Turística de S. Pedro de Moel e à candidatura supramunicipal para a contratualização. Assim, pede de imediato cópia destes documentos, pois não aceita que em relação a processos nos quais teve intervenção durante o seu mandato, e que não são confidenciais, não lhe sejam entregues cópias. Se estes documentos não forem entregues não estará em condições de continuar na reunião, pois entende que é uma questão de falta de respeito, não pessoal, mas como eleito.
- ⇒ Requereu ainda, para entrega que não necessita ser de imediato, cópia da deliberação, tomada durante o mandato da CDU, que aprovou o projeto das antigas instalações da IVIMA.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura, e para que sejam fornecidos os documentos solicitados pelo Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho, o Sr. Presidente interrompeu a reunião durante o período das 10:50 horas às 11:20 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião, a Divisão Financeira fez chegar os documentos referentes à Requalificação de S. Pedro e à contratualização da CIMPL, com a discriminação dos montantes por município, que foram entregues de imediato ao Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

▪ **Em relação a algumas das questões colocadas pelos Srs. Vereadores, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Aquisição de massas asfálticas – o Sr. Vereador explicou que os valores estão indexados aos preços dos combustíveis, pois são derivados do petróleo. Foi com base nos valores do mercado na altura que se abriu o concurso público. A CEPSA não concorreu porque não constava a cláusula de revisão de preços. O ajuste direto foi até ao limite do valor possível para este procedimento. Os demais esclarecimentos foram prestados pela Chefe da Divisão Financeira.
- ⇒ Conclusão da obra da Casa da Cultura e Galeria – as empresas externas muitas vezes não dão resposta aos nossos pedidos, pelo que o atraso nas obras prende-se com este facto, mas esperamos que no verão estejam prontas. Os demais esclarecimentos foram prestados pelas Chefes da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos e da Divisão de Ordenamento do Território.

- ⇒ Casas degradadas – a Câmara tem vindo a notificar os proprietários para procederem às obras de reparação.
- ⇒ Zona Industrial – foi ao local com a Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, e os buracos, que se degradaram com as chuvas, já se encontravam tapados e os passeios limpos.

▪ **O Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Matas – 2.ª feira vai fazer o levantamento e pedir a quem de direito para fechar todas as zonas que não oferecerem condições de segurança para a 5.ª feira da Ascensão. O madeireiro está a retirar aquilo que lhe é possível dentro dos seus meios, estando já algumas estradas transitáveis, estando agora a dar prioridade à retirada das árvores que estão em risco de cair.

- **O Sr. Vereador Paulo Vicente** deu conhecimento da realização de uma simulação da queda de um avião, a levar a efeito pela Proteção Civil Municipal, em conjunto com outras entidades, e que decorrerá no próximo sábado de manhã, na Av.ª João Beare e no Parque da Cerca.

A este propósito, o **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que lhe parece interessante este simulacro, mas entende que o perigo mais real actualmente é o poder acontecer um incêndio em larga escala, tendo em conta o número de árvores caídas que foi divulgado. Daí que tenha vindo a chamar a atenção do Presidente da Câmara para responsabilizar todas as autoridades nacionais pela sua inação.

O **Sr. Presidente** referiu que a Proteção Civil sinalizou os aceiros e arrifes com árvores caídas, e que o próprio Instituto da Floresta ainda não tinha sinalizado. Mais uma vez referiu o protesto apresentado na reunião havida em 17/04/2013 nas antigas instalações do Governo Civil, tendo distribuído cópia do documento aos Srs. Vereadores, ficando igualmente cópia anexa à presente ata (**Anexo 1**).

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de dois processos de obras particulares, que identificou e cuja deliberação é urgente, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais seis assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



## **1 - 7.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**

373 - Presente proposta da 7ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**7ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013**, no valor de 445.820,00 euros nos reforços e de 445.820,00 euros nas anulações;

**5ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013** no valor de 688.810,00 euros nos reforços e de 688.810,00 euros nas anulações;

**7ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013** no valor de 3.650,00 euros nos reforços e de 3.650,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 7ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **2 - REQ. N.º 340/13 – PC N.º 229/12 – JOSÉ DA CONCEIÇÃO FERREIRA**

374 - Presente requerimento n.º 340/13, de 7/03/2013, em nome de José da Conceição Ferreira, com o NIF n.º 128 566 949, residente na rua da Capela, n.º 6, Travasso, Pombal, solicitando a emissão de certidão comprovativa de que o edifício sito na rua da Boavista, n.º 22, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e Concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2134 e inscrito na matriz urbana da Marinha Grande sob o n.º 5547-P, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 229/12, aprovado em reunião de Câmara de 6 de setembro de 2012, para o qual foi emitido, a 12 de outubro de 2012, o respectivo alvará de licença de construção com o n.º 102/12, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

Presente processo de licenciamento, igualmente em nome de José da Conceição Ferreira, com o NIF n.º 128 566 949, residente na rua da Capela, n.º 6, Travasso, Pombal, referente ao edifício em causa.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou:**

Deferir a pretensão apresentada por José da Conceição Ferreira, com o NIF n.º 128 566 949, residente na rua da Capela, n.º 6, Travasso, Pombal, na qual se solicita a emissão de certidão comprovativa de que o edifício sito na rua da Boavista, n.º 22, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e Concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2134 e inscrito na matriz urbana da Marinha Grande sob o n.º 5547-P, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 229/12, aprovado em reunião de Câmara de 6 de setembro de 2012, para o qual foi emitido, a 12 de outubro de 2012, o respetivo alvará de licença de construção com o n.º 102/12, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro

Deliberou, igualmente, mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade horizontal) do Código Civil.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - REQ. N.º 608/13 – PC N.º 91/12 – JOÃO PEDRO GASPAR PEREIRA BRANCO E INÊS MARIANA GRÁCIO ASCENSO**

375 - Presente processo de licenciamento, em nome de João Pedro Gaspar Pereira Branco e de Inês Mariana Grácio Ascenso com os NIF 224927973 e 236745190, respetivamente, residentes na rua da Charnequinha, n.º 14, Moita, Marinha Grande, para:

- Construção de uma moradia T3 de rés-do-chão e garagem;
- Construção (legalização) e alteração de edifício destinado a arrumos, complementar da moradia;

- Obra demolição de parte de edifício existente;

Todos requeridos para o prédio com 810 m2, sito na rua da Lameira, na Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1237 e na matriz predial rústica sob o n.º 564, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;

Serão cedidos ao domínio público 54 m2 de terreno para passeio. Após a cedência o prédio ficará a área de 756 m2

Presentes pareceres técnicos datados de 04/05/2012 e 12/04/2013 que atestam encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação.

Presentes autorizações para utilização de recursos hídricos para construção emitidas pela Administração da Região hidrográfica do Tejo I.P. – ARH-Tejo, designadamente:

- Autorização n.º 2012.000508.000.T.A.CO.CON

Finalidade: Autorização para garagem, de caráter fixo, constituída por alvenaria e betão, implantada entre os 5m e os 10m da crista superior do talude da margem da linha de água, ocupando uma extensão linear de 6m na faixa de proteção ao domínio hídrico, paralela à linha de água.

- Autorização n.º 2012.000509.000.T.A.CO.CON

Finalidade: Autorização para implantação de uma vedação, de caráter amovível, constituído por prumos de madeira cravados no solo e rede metálica plastificada, implantada a 1.5m da crista superior do talude da margem da linha de água, ocupando uma extensão linear de 50m na faixa de proteção ao domínio hídrico, paralela à linha de água.

#### **A Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento, em nome de João Pedro Gaspar Pereira Branco e de Inês Mariana Grácio Ascenso, com os NIF 224927973 e 236745190, respetivamente, residentes na rua da Charnequinha, n.º 14, Moita, Marinha Grande, para:**

- Construção de uma moradia T3 de rés-do-chão e garagem;
- Construção (legalização) e alteração de edifício destinado a arrumos, complementar da moradia;
- Obra demolição de parte de edifício existente;

**Todos requeridos para o prédio com 810 m2, sito na rua da Lameira, na Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1237 e na matriz predial rústica sob o n.º 564, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2- Ceder ao domínio público uma parcela de terreno com 54 m2 para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 756 m2;
- 3- Execução do passeio, na extensão total do prédio confinante com a via pública, cujos alinhamento e dimensões deverão observar o perfil viário patente na planta elaborada pelos serviços técnicos desta câmara, comunicada pelo ofício n.º 627/12, de 16/07/2012. Na construção do passeio deve utilizar blocos de betão cor de areia com dimensões de 0.20x0.10m, assentes em fundação de *tout-venant* com 0.15m de espessura e lancil de betão com 0.12m - largura à vista; 0.20m altura e 0.15m largura base. O remate de pavimento em betuminoso existente ao lancil do passeio deverá ser antecedido da execução de uma camada de base em *tout-venant* com 0.20m.
- 4- Os muros de vedação frontal e laterais (parte) deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.
- 5- A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98;
- 6- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.

O registo da deslocação no respetivo livro de obra é imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.

O processo faz-se acompanhar de autorizações para utilização de recursos hídricos para construção emitidas pela Administração da Região hidrográfica do Tejo I.P. – ARH-Tejo, designadamente:

- Autorização n.º 2012.000508.000.T.A.CO.CON

Finalidade: Autorização para garagem, de caráter fixo, constituída por alvenaria e betão, implantada entre os 5m e os 10m da crista superior do talude da margem da linha de água, ocupando uma extensão linear de 6m na faixa de proteção ao domínio hídrico, paralela à linha de água.

- Autorização n.º 2012.000509.000.T.A.CO.CON

**Finalidade: Autorização para implantação de uma vedação, de caráter amovível, constituído por prumos de madeira cravados no solo e rede metálica plastificada, implantada a 1.5m da crista superior do talude da margem da linha de água, ocupando uma extensão linear de 50m na faixa de proteção ao domínio hídrico, paralela à linha de água.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - REQ. N.º 1684/12 – PC N.º 131/12 – JOSÉ HENRIQUES**

376 - Presente processo de licenciamento, em nome de José Henriques, com o NIF 175 003 220, residente na rua Moinho de Guerra, Amieira, Marinha Grande, para a construção de um muro de vedação, a executar na rua Moinho de Guerra, Amieira, Marinha Grande, no prédio misto registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6924 e nas matrizes prediais urbana e rústica, respetivamente sob os n.ºs 9320 e 10039, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 17/04/2013 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, 409/2000 referente a um muro de vedação e 1009/88, relativo a uma habitação;

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Notificar o requerente, José Henriques, com o NIF 175 003 220, residente na rua Moinho de Guerra, Amieira, Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu processo, referente à construção de um muro de vedação, a executar na rua Moinho de Guerra, Amieira, Marinha Grande, no prédio misto registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6924 e nas matrizes prediais urbana e rústica, respetivamente sob os n.ºs 9320 e 10039, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por:**

**Violar o disposto no n.º 2 do artigo 4º do regulamento do PDMMG que interdita, fora dos perímetros urbanos, quaisquer pretensões que se traduzam em loteamento ou operação urbana, ao promover a separação física do prédio existente em duas parcelas distintas, operação essa que se conforma com a definição estabelecida na alínea i) do artigo 2º do RJUE como operação de loteamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N.º 85/13 – PC N.º 720/06 – FERNANDO GOMES PEDROSA**

377 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 85/13 de 16/01/2013, apresentado por Fernando Gomes Pedrosa, com o NIF 111378494, com residência em Rua do Campo, n.º 22, lugar de Boco, Freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cujas obras de construção foram licenciadas no âmbito do processo n.º 720/06, e titulada pelo alvará de obras de construção n.º 134/10, emitido em 02/08/2010.

Presente parecer técnico datado 18/04/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e da lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de Fernando Gomes Pedrosa com residência em Rua do Campo, n.º 22, lugar de Boco, Freguesia de Vieira de Leiria, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

**6 - REQ. N.º 2007/11 – PC N.º 179/09 – JOAQUIM MANUEL PEREIRA FERNANDES**

378 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 2007/11 de 30/09/2011, apresentado por Joaquim Manuel Pereira Fernandes, com o NIF 123766370, com residência em Av. Vitor Gallo, n.º 125, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cujas obras de construção foram licenciadas no âmbito do processo n.º 179/09, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 43/11, emitido em 26/05/2011.

Presente parecer dos serviços das Divisão jurídica e de Contratação Pública datado 01/04/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em E.N. 242, n.º 57, lugar de Vale, Freguesia de Moita, propriedade de Joaquim Manuel Pereira Fernandes com residência em Rua do Campo, n.º 22, lugar de Boco, Freguesia de Vieira de Leiria, com a seguinte composição:**

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

**7 - REQ. N.º 504/13 – PC N.º 171/09 – ANTÓNIO ALBERTO FELIZARDO MACEDO**

379 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 504/13 de 05/04/2013, apresentado por António Alberto Felizardo Macedo, com o NIF 175832692, com residência em Rua Central, n.º 256, Freguesia de carreira, Concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cujas obras de alteração foram licenciadas no âmbito do processo n.º 171/09, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 98/11, emitido em 14/10/2011. Presente parecer técnico datado de 16/04/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Avenida Marginal, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de António alberto Felizardo Macedo com residência em Rua Central, n.º 256, lugar de Carreira de Baico, Freguesia de Carreira, Concelho de Leiria, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheira Maria João  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

#### **8 - REQ. N.º 649/11 – PC N.º 266/07 – GUILHERMINO SILVA OLIVEIRA**

380 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de instalação de um estabelecimento comercial “Day Spa”, a que foi atribuído o número de processo 266/07, a levar a efeito num espaço existente de um edifício sito na Rua Fernando Pessoa, Lote 1, n.º 17, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Guilhermino Silva Oliveira, com o NIF n.º 169852644, residente na Rua 32, n.º 51, Casal Galego, Freguesia e Concelho de Marinha Grande.



Presente informação técnica datada de 2013/04/16, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013/04/16, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,**

1. Considerando que o interessado tinha, nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, um ano para solicitar a emissão do alvará para realização da operação urbanística licenciada, ou seja, até 2010/02/14;
2. Considerando que antes de terminado o prazo referido no antecedente n.º 2, a requerente solicitou, ao abrigo do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, a prorrogação do prazo para emissão do alvará;
3. Considerando que a interessada tomou conhecimento do deferimento do pedido referido no número anterior em 2010/01/22;
4. Considerando que o prazo de prorrogação terminou a 2011/02/14;
5. Considerando ainda que, de acordo com o previsto nos n.ºs 3 e 4 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, a requerente beneficiou da elevação ao dobro do prazo para apresentação do requerimento de emissão do alvará;
6. Considerando que por esse motivo o prazo para emissão do título em causa terminou em 2012/02/13;
7. Considerando que esse prazo é insuscetível de prorrogação;
8. Considerando que o decurso desses prazos, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09;
9. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente, Guilhermino Silva Oliveira, com o NIF n.º 169852644, residente na Rua 32, n.º 51, Casal Galego, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 649/11, para instalação de um estabelecimento comercial “Day Spa”, a levar a efeito num espaço existente de um edifício sito na Rua Fernando Pessoa, Lote 1, n.º 17, Freguesia de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N.º 611/10 – PC N.º 46/10 – JOÃO MARQUES PEREIRA**

381 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de construção de muros de vedação, incluindo a demolição de muros existentes, a que foi atribuído o número do processo 46/10, a levar a efeito sobre um prédio sito na Rua Gervásio José Birne, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por João Marques Pereira, com o NIF n.º 120236087, residente na Rua Hélder Luciano Roldão, n.º 29 A, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada na reunião camarária datada de 2010/06/09.

Presente informação técnica datada de 2013/04/16, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013/04/16, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,**

- 1. Considerando que o interessado tinha, nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010 de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, um ano para solicitar a emissão do alvará para a realização da operação urbanística licenciada, ou seja até 2011/08/04, data aposta no aviso de receção da notificação do ofício n.º 883/10, de 2010/07/29;**
- 2. Considerando que sobre a data da notificação, decorreu o prazo de um ano;**
- 3. Considerando que o decurso desse prazo, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010 de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;**
- 4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;**

Delibera, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente, João Marques Pereira, com o NIF n.º 120236087, residente na Rua Hélder Luciano Roldão, n.º 29 A, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 46/10, para a obra de construção de muros de vedação, incluindo a demolição de muros existentes, a levar a efeito sobre um prédio sito na Rua Gervásio José Birne, Freguesia de Marinha Grande.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N.º 575/12 – PC N.º 339/05 – SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DE  
PILADO E ESCOURA**

382 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de construção de balneários desportivos, a que foi atribuído o número de processo 339/05, incidente sobre um prédio sito na Rua da Coletividade, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, apresentado pela Sociedade Desportiva e Recreativa de Pilado e Escoura, com o NIF n.º 501804218, com sede em Rua da Coletividade, Lugar de Pilado, Freguesia e Concelho de Marinha Grande. Presente informação técnica datada de 2013/04/16, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013/04/16, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,**

1. Considerando que o interessado foi regularmente notificado mediante o nosso ofício n.º 1984/09, datado de 29/12/2009, sobre o deferimento final do projeto de licenciamento, ocorrido por deliberação tomada na reunião de Câmara de 22/12/2009, rececionado em 06/01/2010;
2. Considerando que o interessado tinha, nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, um ano para solicitar a emissão do alvará para realização da operação urbanística licenciada, ou seja, até 2011/01/07;
3. Considerando que a requerente solicitou, ao abrigo do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, a prorrogação do prazo para emissão do alvará;
4. Considerando que a interessada tomou conhecimento do deferimento do pedido referido no número anterior em 2011/10/14;
5. Considerando que o prazo de prorrogação terminou a 2012/01/07;
6. Considerando ainda que, de acordo com o previsto nos n.ºs 3 e 4 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, a requerente beneficiou da elevação ao dobro do prazo para apresentação do requerimento de emissão do alvará;
7. Considerando que por esse motivo o prazo para emissão do título em causa terminou em 2013/01/07;
8. Considerando que esse prazo é insuscetível de prorrogação;
9. Considerando que o decurso desses prazos, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09;
10. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

**Delibera, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código**

do Procedimento Administrativo, notificar a requerente, Sociedade Desportiva e Recreativa de Pilado e Escoura, com o NIF n.º 501804218, com sede em Rua da Coletividade, Lugar de Pilado, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 339/05, para a construção de balneários desportivos, incidente sobre um prédio sito na Rua da Coletividade, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - REQ. N.º 183/12 – PC N.º 254/10 – TIMOTHY ALEXANDRE TACCHI**

383 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de alteração de moradia unifamiliar existente, a que foi atribuído o número de processo 254/10, localizada num prédio sito na Rua D. Fernando I, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Timothy Alexandre Tacchi, com o NIF n.º 232527164, com residência na Avenida José Gregório, n.º 208, 2.º, Engenho, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada na reunião camarária datada de 2012/02/16. Presente informação técnica datada de 2013/04/18, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013/04/18, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que o requerente Timothy Alexandre Tacchi, com o NIF n.º 232527164, com residência na Avenida José Gregório, n.º 208, 2.º, Engenho, Freguesia de Marinha Grande, foi notificado em 2011/01/23 da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento da obra alteração de moradia unifamiliar existente, localizada num prédio sito na Rua D. Fernando I, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária datada de 2012/02/16.
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação, ocorrida em 2012/02/24, decorreu o prazo de um ano;
3. Considerando que o decurso desse prazo, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010 de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;
4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

**Delibera, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente, Timothy Alexandre Tacchi, com o NIF n.º 232527164, com residência na Avenida José Gregório, n.º 208, 2.º, Engenho, Freguesia de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 254/10, para legalização da obra de alteração de moradia unifamiliar existente, localizada num prédio sito na Rua D. Fernando I, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N.º 2517/10 – PC N.º 215/10 – ANA BELA DE JESUS LOURENÇO DA SILVA**

384 - Presente projeto de licenciamento referente à obra de construção de edifício unifamiliar, anexos e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 215/10, incidente sobre um prédio sito em Rua dos Teimosos, lugar de Figueiras apresentado por Ana Bela de Jesus Lourenço da Silva, NIF n.º 128132906, residente em Rua Central, n.º 138, lugar de Figueiras, Freguesia de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 13/01/2011.

Presente informação técnica datada de 24/04/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

**Considerando que:**

**- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 13/01/2011, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de construção de edifício unifamiliar, anexos e muros de vedação, incidentes sobre um prédio sito em Rua dos Teimosos, lugar de Figueiras, Freguesia de Marinha Grande.**

**-O titular do processo de licenciamento n.º 215/10, Ana Bela de Jesus Lourenço da Silva, NIF n.º 128132906, residente em Rua Central, n.º 138, lugar de Figueiras, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício n.º 19/13, de 09/01/2013, rececionado em 15/01/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades;**

**-Para o efeito foram-lhe fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 28/02/2013;**

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de seis meses, previsto no nº 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, bem como o prazo de suspensão de seis meses, previsto no nº 6 do mesmo artigo, sem que o titular do processo nº 215/10, Ana Bela de Jesus Lourenço da Silva, tenha apresentado os projetos das especialidades, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 6 do referido artigo 20.º do RJUE, delibera, declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao licenciamento à obra de construção de edifício unifamiliar, anexos e muros de vedação, sita em Rua dos Teimosos, lugar de Figueiras, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 6 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N.º 554/11 – PC N.º 205/09 – TRADILUSA-EMPREENDEMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.**

385 - Presente projeto de licenciamento de construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 205/09, incidente sobre um prédio rústico sito em Travessa do Vale, Lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande, apresentado por TRADILUSA-EMPREENDEMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., NIF n.º 507186508, com sede em Avenida do Vidreiro, n.º 156, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de câmara de 2011.03.24.

Presente informação técnica datada de 2013/04/24, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

**Considerando que:**

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2011/03/24, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação, incidente sobre um prédio rústico sito em Travessa do Vale, Lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande.

-O titular do processo de licenciamento nº 205/09, TRADILUSA-EMPREENDEMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., NIF n.º 507186508, com sede em Avenida do Vidreiro, n.º 156, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 937/12, de 2012/10/26, rececionado em 2012/11/05, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

**-Para o efeito foram-lhe fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 2012/12/17;**

**- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;**

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 205/09, TRADILUSA-EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento do projeto da 205/09, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14 - REQ. N.º 555/11 – PC N.º 262/09 – CASA BLOCO-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.**

386 - Presente processo de pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 262/09, incidente sobre um prédio urbano sito em Rua do Jornal “A Autonomia”, Lugar de Embra, freguesia de Marinha Grande, apresentado por CASA BLOCO-Sociedade de Construções, Lda., NIF n.º 504057375, com sede em Rua das Portas Verdes, n.º 3 – R/C, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de câmara de 2011.04.07. Presente informação técnica datada de 2013/04/24, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

**Considerando que:**

**- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2011.04.07, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, incidente sobre um prédio urbano sito em Rua do Jornal “A Autonomia”, Lugar de Embra, freguesia de Marinha Grande.**

**-O titular do processo de licenciamento nº 262/09, CASA BLOCO-Sociedade de Construções, Lda., NIF n.º 504057375, com sede em Rua das Portas Verdes, n.º 3 – R/C, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 938/12, de 2012/10/26, rececionado em 2012/10/30, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;**

**-Para o efeito foram-lhe fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 2012/12/11;**

**- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;**

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 262/09, CASA BLOCO-Sociedade de Construções, Lda., tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento do projeto da 262/09, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**15 - REQ. N.º 672/11 – PC N.º 162/10 – ILÍDIO PEDRO RODRIGUES, LDA.**

387 - Presente projeto de licenciamento referente à obra de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 162/10, incidente sobre um prédio sito em Bico da Garcia, lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, Ilídio Pedro Rodrigues, Lda, NIF n.º 502054506, com sede em Travessa da Cruz, lugar de Casal dos Claros, Freguesia de Amor, Concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 05/05/2011.

Presente informação técnica datada de 24/04/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

**Considerando que:**

**- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 05/05/2011, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, incidentes sobre um prédio sito em Bico da Garcia, lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande**

**-O titular do processo de licenciamento nº 162/10, Ilídio Pedro Rodrigues, Lda, NIF n.º 502054506, com sede em Travessa da Cruz, lugar de Casal dos Claros, Freguesia de Amor, Concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 38/13, de 14/01/2013, rececionado em 17/01/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades, dentro do prazo de 6 meses, previsto**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

no n.º 4 do artigo 20 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE;

-Para o efeito foram-lhe fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 04/03/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de seis meses, previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, bem como o prazo de suspensão de seis meses, previsto no n.º 6 do mesmo artigo, sem que o titular do processo nº 162/10, Ilídio Pedro Rodrigues, Lda, tenha apresentado os projetos das especialidades, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo n.º 6 do referido artigo 20.º do RJUE, delibera, declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao licenciamento à obra de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a levar a efeito no prédio sito em Bico da Garcia, lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 6 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**16 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS VIATURA AUTOMÓVEL –  
REQUERENTE: HELENA MARIA MARTINS GABRIEL – RUA CAMILO CASTELO BRANCO,  
MARINHA GRANDE – QUEDA DE SINAL DE TRÂNSITO SOBRE VIATURA –  
RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.**

388 - Presente requerimento apresentado em 25-02-2013, por Helena Maria Martins Gabriel (registo de entrada n.º E/1567/2013), no qual solicita indemnização pelos danos causados na sua viatura quando, no dia 6 de fevereiro último, na Rua Camilo Castelo Branco, desta cidade, caiu em cima da mesma um sinal de trânsito que lhe partiu o vidro da porta traseira direita e provocou outros danos na mesma porta, danos que imputa aos serviços municipais.

Presente Informação n.º I/1360/2013-FO, de 05-04-2013, na qual se apreciam os factos invocados pela requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar a lesada/requerente, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/1360/2013 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 362,73€ (trezentos e sessenta e dois euros e setenta e três cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Helena Maria Martins Gabriel, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais deliberou informar a lesada, Helena Maria Martins Gabriel, que deve comparecer pessoalmente na Tesouraria da Câmara Municipal aquando do recebimento do montante desta indemnização, munida do original do documento comprovativo do pagamento das despesas suportadas com a reparação, por forma a poder assinar o respectivo recibo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: ANTÓNIO JESUS FONSECA GUERRA GOMES - DEFERIMENTO.**

389 - Presente Informação Jurídica n.º 1250/2013, de 27.03.2013, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo III);

Presente Informação da DISU, enviada via Webdoc, em 15.03.2013 (anexo II);

Presente exposição n.º E/1643/2013, de 27.02.2013, apresentada pelo lesado António Jesus Fonseca Guerra Gomes na qual refere ter sofrido ferimentos no joelho direito por ter tropeçado em balizador flexível partido, não sinalizado, o qual delimita e protege o percurso pedonal provisório criado pela Câmara Municipal na Rua Bernardino José Gomes, juntando cópia do cartão do cidadão e cópia de documentos comprovativos de despesas com consulta e tratamento aos ferimentos no joelho direito, mais concretamente, cópia de duas faturas emitidas por farmácias, respeitantes à aquisição de medicamentos, no valor de 25,70 € e cópia de recibo de consulta urgente no Centro de Saúde da Marinha Grande, no valor de 10,30 €, perfazendo o total de 36 €. (anexo I).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 1250/2013, de 27.03.2013, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar o lesado António Jesus Fonseca Guerra Gomes, contribuinte n.º 147 418 437, no montante de trinta e seis euros, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**18 - APROVAÇÃO DE ANTEPROJETO DO RESERVATORIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO.**

390 - Presente anteprojeto elaborado pela empresa CSA – Carlos Serrano & Associados, Engenheiros Consultores Lda, para a construção de um reservatório apoiado na Zona de Abastecimento da Estação.

**A Câmara Municipal apreciou o anteprojeto e considerando que o mesmo cumpre as normas legais aplicáveis, nomeadamente no que respeita à portaria 701-H/2008 de 29 de junho e caderno de encargos, delibera aprovar o anteprojeto em causa, devendo proceder-se à realização do projeto de execução.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**19 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**

391 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011,

de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º AR.04.2013 e requisição interna n.º 11701 do serviço da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de Limpeza e Desobstrução da Rede de Colectores de Águas Residuais Domésticas e Pluviais No Concelho de Marinha Grande, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

Considerando que em reunião camarária de 07-03-2013 foi deliberado, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”* e que por despacho do Sr. Presidente, datado de 19 de Março de 2013 foi aberto o P.A. n.º 06/2013-AP/DISU, tendo sido adoptado o procedimento de Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos e o preço base a aplicar deliberado foi de 29.200,00 euros, a que correspondente o preço unitário hora de 31,5€, ambos a acrescer de IVA à taxa 6%.

Considerando que o preço base foi determinado com respeito à redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que das entidades convidadas no âmbito do P.A. N.º 06/2013-AP/DISU, foram apresentadas duas propostas, uma no valor de 46.350,00€ e outra no valor de 38.238,75 €, ambas acrescidas de IVA à taxa de 6%, o que corresponde ao preço unitário de 50,00€ e 41,25€, respectivamente, ambos acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que as duas propostas apresentadas no âmbito do processo referido no parágrafo anterior ultrapassaram o preço base de 29.200,00€, pelo que, por despacho do Sr. Vice-Presidente de 08 de abril de 2013 foi determinada a não adjudicação do P.A. n.º 06/2013-AP/DISU.

Considerando que em reunião camarária de 04-04-2013 foi deliberado manter o parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”* e determinado que fosse adotado o procedimento por concurso público previsto nos artigos 16º n.º 1, alínea b), 20.º n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, de modo a alargar o leque das empresas passíveis de apresentação de propostas, tendo em vista a

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

satisfação da necessidade identificada pelos serviços da DISU, mantendo-se o preço base de 29.200,00€.

Considerando que por despacho do Sr. Vice-Presidente, datado de 08 de abril de 2013, foi aberto o P.A. n.º 12/2013-AP/DISU, tendo sido adoptado o procedimento de Concurso Público previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que no âmbito do P.A. N.º 12/2013-AP/DISU, foram apresentadas três propostas: uma com o valor de 42.178,50€, outra com o valor de 64.890,00 € e outra com o valor de 61.625,00€, o que corresponde a um preço unitário hora de 45,50€, 70€ e 66,48€, respetivamente, todos os valores acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que todas as três propostas apresentadas no âmbito do processo referido no parágrafo anterior ultrapassaram o preço base de 29.200,00€, tendo o júri emitido relatório preliminar a propor a não adjudicação do P.A. n.º 12/2013-AP/DISU, encontrando-se em audiência prévia.

Considerando que até à presente data não foi possível contratar a *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”* num total de 927 horas, pelo preço base de 29.200,00€, estabelecido nos dois procedimentos despoletados, um por ajuste direto e outro por concurso público, nos termos do código dos contratos públicos.

Considerando que de acordo com a informação da DISU a gestão das redes de saneamento de águas residuais é um serviço público de carácter estrutural da incumbência do município, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 13.º e do n.º 1 do artigo 26.º, ambos da Lei 159/99 de 14 de setembro.

Considerando que face ao exposto é urgente e imprescindível, por estar em causa a saúde pública, a contratação dos serviços de limpeza e desobstrução de coletores.

Considerando que a autarquia não possui meios técnicos e humanos para a prestação deste serviço.

Considerando que se mantém a necessidade identificada pela DISU na informação n.º AR.04.2013 e requisição interna n.º 11701, pelo que se propõe a realização de novo procedimento por Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €, convidando a apresentar proposta todas as empresas que apresentaram proposta no âmbito do P.A. n.º 06/2013 – AP/DISU e do P.A. n.º 12/2013 – AP/DISU e considerando que já foi despoletado anteriormente procedimento por concurso público que não logrou pela obtenção de propostas abaixo do preço base.

Considerando que das propostas apresentadas no âmbito do P.A. n.º 06/2013 – AP/DISU e do P.A. n.º 12/2013 – AP/DISU, o valor total mais baixo da proposta apresentada foi de 38.238,75 €, a que corresponde um preço unitário hora de 41,25€, ambos os valores

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

acrescidos de IVA à taxa de 6% e que atentas todas as diligências efetuadas pela autarquia em sede de contratação pública, se entende que o preço base do processo de aquisição a iniciar deverá ser de 38.238,75 €, a que corresponde o preço unitário hora de 41,25€, ambos os valores a crescer de IVA à taxa de 6%.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 e 2014 para a contratação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2012/A/130.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos**

estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## 20 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia trinta de abril de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **3.009.403,35 €** (três milhões, nove mil quatrocentos e três euros e trinta e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

392 - De acordo com o previsto no art.º 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. PRÉDIOS ABANDONADOS E DEGRADADOS – RUA DE LEIRIA, N.ºS 2 A 14, MARINHA - RISCO DE DERROCA E PERIGO PARA SAÚDE PÚBLICA E SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS E PARA A VIA PÚBLICA E PRÉDIOS ENVOLVENTES – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: VERTIPILAR-IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO, SA, E MARIA FERNANDA DE JESUS FERREIRA RODRIGUES - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE – DETERMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIAS
2. REQ. N.º 646/13 – PC N.º 95/13 – MP TOOL – ENGENHARIA E PRODUÇÃO DE MOLDES, LDA.
3. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – LICENCIAMENTO ZERO
4. EDIFÍCIO DEGRADADO – RUA ANÍBAL H. ABRANTES, N.º 15, MARINHA GRANDE – DEFICIÊNCIAS DE PAREDE EXTERIOR E DA COBERTURA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – FALTA DE OBRAS DE REPARAÇÃO E DE CONSERVAÇÃO – ADMINISTRADORA DO CONDOMÍNIO: M.M.C. ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS – VISTORIA URGENTE.



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

5. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO LISBOA, RESIDENTE NO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, CASA 29, CAMARNAL, POR MORTE DO CÔNJUGE PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO.
6. ATUALIZAÇÃO DAS RENDAS COM ENTRADA EM VIGOR – JUNHO 2013
7. DISTRIBUIÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS PELOS CANDIDATOS ADMITIDOS, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS E CÁLCULO DAS RESPECTIVAS RENDAS APOIADAS A APLICAR
8. REQ. N.º 660/13 – PC N.º 112/13 – HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

**1 - PRÉDIOS ABANDONADOS E DEGRADADOS – RUA DE LEIRIA, N.ºS 2 A 14, MARINHA - RISCO DE DERROGADA E PERIGO PARA SAÚDE PÚBLICA E SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS E PARA A VIA PÚBLICA E PRÉDIOS ENVOLVENTES – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: VERTIPILAR-IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO, SA, E MARIA FERNANDA DE JESUS FERREIRA RODRIGUES - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE – DETERMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIAS**

393 - Considerando da deliberação camarária datada de 04/04/2013, em que , nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, foi determinada a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria aos edifícios sitos na Rua de Leiria, n.ºs. 2 a 14, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a saúde pública, para a segurança de pessoas e bens, para a via pública e para outras edificações envolventes, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

Considerando que na referida deliberação camarária foi determinado que a vistoria seria realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Engª Cristina Silva, Arqtº. Alexandre Fava e Drª. Eunice Marques, da DOT-Divisão de Ordenamento do Território.

Considerando que a referida vistoria foi agendada para 07/05/2013, pelas 10h00.

Considerando que o Arqtº. Alexandre Fava não se encontra disponível na data agendada para integrar a comissão de vistorias, não tendo sido designado outro técnico que o substitua.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

A Câmara Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Rua de Leiria, n.ºs 2 a 14, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de sociedade Vertipilar-Imobiliária e Construção, SA, titular do NIPC 507380533, com sede na Rua dos Operários, n.º 3, Marinheiros, Leiria e Maria Fernanda de Jesus Ferreira Rodrigues, titular do NIF 132623137, residente na Rua Anzebino Cruz Saraiva, Lote 4, n.º 236 – 6.º Esqº, Marrazes, Leiria, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Dra Eunice Marques
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteta Isabel Roque  
Eng.º Vasco Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **2 - REQ. N.º 646/13 – PC N.º 95/13 – MP TOOL – ENGENHARIA E PRODUÇÃO DE MOLDES, LDA.**

394 - Presente pedido formulado por MP TOOL – ENGENHARIA E PRODUÇÃO DE MOLDES, LDA, com o NIPC 508 447 534, solicitando a alteração de condicionalismos constantes na deliberação de Câmara datada de 07/03/2013, relativos ao pedido de informação prévia apresentada pela empresa requerente, a que se atribuiu o n.º 54/13.

Presente pedido de informação prévia, com o n.º 54/13, relativo à viabilidade de construção de um edifício industrial que a empresa MP TOOL pretende levar a efeito no seu terreno sito nas Cumeiras, aprovado em reunião de Câmara datada de 07/03/2013.

Presente informação dos serviços técnicos da DOT referindo que a proposta salvaguarda os interesses municipais relativamente à execução das obras de infra estruturas necessárias ao futuro desenvolvimento da área industrial da Marinha Pequena, permitindo uma melhor adequação das condições viárias até à completa conclusão da totalidade das redes de infra-estruturas daquela área.

**Após análise da pretensão a Câmara deliberou:**

**Aceitar a alteração dos condicionalismos expressos na sua deliberação datada de 07/03/2013 nos moldes solicitados pela empresa requerente, passando a ser necessário assegurar a execução da totalidade do arruamento situado a Poente do terreno da empresa requerente, desde a sua inserção na rua da indústria metalúrgica, com a largura total de 13,5 m, a que acresce, ao longo da frente do prédio a que se reporta o pedido de informação n.º 54/13, a execução de passeio com 1,6 m de largura, assim como assegurar a execução do prolongamento do arruamento situado a nascente do prédio em causa de modo a garantir o adequado acesso ao edifício pretendido.**

**Mais deliberou condicionar à apresentação de estudo e execução da rede pluvial no arruamento a poente, por forma a evitar, no futuro, com a impermeabilização desta rede sem as devidas precauções, situações de conflito com o aglomerado da Albergaria, que se encontra a uma cota altimétrica mais baixa.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **3 – ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – LICENCIAMENTO ZERO**

395 - Com a aprovação do decreto-lei n.º 48/2011 de 1 de Abril o governo pretendeu dar continuidade às reformas da modernização do Estado com o objetivo de simplificar a vida aos cidadãos e às empresas, tal como consta do preâmbulo do referido diploma.

A iniciativa “Licenciamento zero” visa dar cumprimento a esta prioridade sendo um compromisso do Programa SIMPLEX de 2010 e uma das medidas emblemáticas da “Agenda Digital 2015”.

Esta iniciativa destina-se a reduzir os encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para atividades específicas, substituindo-os por ações sistémicas de fiscalização *à posteriori* e mecanismos de responsabilização efetiva dos promotores.

Pretende-se a desmaterialização dos procedimentos administrativos e modernizar a forma de relacionamento da Administração com os cidadãos e empresas concretizando deste modo as obrigações decorrentes da Diretiva n.º 2006/13/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, a qual foi transposta para a ordem jurídica nacional pelo decreto-lei n.º 92/2010 de 26 de Julho.

Deste modo contribui-se para a adaptação do regime jurídico das atividades de prestação de serviços aos princípios e regras previstos na diretiva e, por outro, concretiza-se o princípio do balcão único eletrónico de forma que seja possível num só ponto cumprir

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

todos os atos e formalidades necessários para aceder e exercer uma atividade de serviços, incluindo a disponibilização de meios de pagamento eletrónico.

Para efeito e cumprimento do supra exposto é determinada a criação de um balcão único eletrónico, designado “*Balcão do empreendedor*” acessível através do Portal da Empresa, nas lojas da empresa, nos municípios e outros interessados, nos termos a definir por protocolo a celebrar com a Agência para a Modernização Administrativa, I.P., AMA, I.P..

As taxas devidas pelo procedimento ou a fórmula do seu cálculo são determinadas por cada município e divulgadas pelos mesmos no “Balcão do empreendedor”, sendo a liquidação do valor das taxas efetuada automaticamente no referido balcão.

Face ao exposto e considerando que até à presente data ainda não está em vigor a solução que se pretende que venha a ser definitiva, foi apresentada pela AMA, I.P. uma solução transitória, tal como comunicado ao Município da Marinha Grande, por email de 30-04-2013, que consiste na arrecadação pela AMA, I.P. da receita proveniente do “*Licenciamento zero*” e posterior transferência desta verba aos municípios, pelo que importa criar uma conta bancária específica para este efeito, tendo em vista uma gestão mais rápida e eficaz das verbas transferidas.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)*”.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “*Licenciamento Zero*”, na qual serão efetuados todos os depósitos inerentes às verbas arrecadadas pela AMA, IP, por conta do Município da Marinha Grande e que constituem receita orçamental desta autarquia, sendo intervenientes na movimentação da mesma:**

- **Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;**
- **Paulo Jorge Campos Vicente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;**
- **Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.**
- **Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

**4 - EDIFÍCIO DEGRADADO – RUA ANÍBAL H. ABRANTES, N.º 15, MARINHA GRANDE – DEFICIÊNCIAS DE PAREDE EXTERIOR E DA COBERTURA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – FALTA DE OBRAS DE REPARAÇÃO E DE CONSERVAÇÃO – ADMINISTRADORA DO CONDOMÍNIO: M.M.C. ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS – VISTORIA URGENTE.**

396 - Considerando a carta do Administrador do Condomínio do prédio sito na Rua Anibal H. Abrantes, n.º 15, Marinha Grande, M.M.C. Administração de Condomínios, com sede na Av.ª. D. João Pereira Venâncio, n.º 559, R/C F Dir.ª., Marinha Grande, na qual é relatada a recusa de alguns dos condóminos na realização das necessárias obras de reparação e de beneficiação de uma parede lateral e da cobertura do prédio, com danos já provocados em algumas das habitações e com perigosidades várias ao nível do telhado;

Considerando que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria ao edifício sito na Rua Anibal H. Abrantes, n.º 15, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Eng.ª. Cristina Silva, Arqt.ª. Margarida Abraúl e Dr.ª. Eunice Marques, todos da DOT-Divisão de Ordenamento do Território, que serão substituídos, em caso de necessidade, respectivamente, pela Eng.ª. Cláudia Mota, Arqt.ª. Mauro Oliveira e Eng.º Vasco Fernandes.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação à entidade Administradora do Condomínio do prédio, M.M.C. Administração de Condomínios, com sede na Av.ª. D. João Pereira Venâncio, n.º 559, R/Chão F Drt.ª., Marinha Grande, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO LISBOA, RESIDENTE NO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, CASA 29, CAMARNAL, POR MORTE DO CÔNJUGE PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

397 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 2716/2013, do cônjuge sobrevivente, a solicitar a transmissão do direito de arrendamento;

A presente informação n.º 1374/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 11 de abril de 2013, referente ao pedido de transmissão do direito de arrendamento, efetuado por Maria Júlia Conceição Lisboa, por morte do seu cônjuge.

Considerando que Joaquim Cordeiro Ramadas era arrendatário do Município da Marinha Grande;

Considerando que o falecido arrendatário viveu em união de facto com a Maria Júlia Conceição Ramadas durante 35 anos.

Considerando que o mesmo faleceu a 4 de março de 2010, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 1106.º do Código Civil: “ *O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário quando lhe sobreviva o cônjuge com residência no locado ou pessoa que com o arrendatário vivesse no locado em união de facto e há mais de um ano*”.

Considerando por último que a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, na qual se refere que: “ *A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para o cônjuge com residência no locado...*”

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome do cônjuge sobrevivente – Maria Júlia Conceição Lisboa – contribuinte fiscal número 103703136.**

**Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Maria Júlia Conceição Lisboa.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **6 - ATUALIZAÇÃO DAS RENDAS COM ENTRADA EM VIGOR – JUNHO 2013**

398 - Presente informação n.º 1384/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 15 de abril do corrente ano, referente à atualização do valor das rendas de habitação social da Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por último, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, *a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.*

**A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:**

**1 – Praceta da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
3	M.ª do Rosário Santos Reis	2.º Dto.	23/05/2005	23,95 €	15,04 €
7	Jorge Franco Vieira	r/ch esq.º	27/03/2007	13,97 €	13,97 €

**2 – Rua Júlio Braga Barros**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
1	Rosa Manuela Ferreira Martins	2.º C.	23/05/2007	4,85 €	4,85 €

**Mais delibera que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor, a partir do dia 1 de junho de 2013.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - DISTRIBUIÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS PELOS CANDIDATOS ADMITIDOS, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS E CÁLCULO DAS RESPECTIVAS RENDAS APLICADAS A APLICAR**

399 - Presente informação n.º 1444/2013, da D.C.D., datada de 26 de abril, referente à afetação de determinadas habitações sociais pelos candidatos admitidos, tendo em conta as tipologias adequadas a cada caso.

Mais informa do valor das rendas a aplicar aos referidos arrendatários, aquando da 1.ª fase de atribuição dos fogos sociais.

Considerando que, a lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos do referido concurso foi, recentemente, aprovada em reunião de câmara de 4 de abril do corrente ano;

Considerando que, nos termos do previsto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização e das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a afetação das habitações deve ser efetuada pela ordem constante da lista e de acordo com as habitações disponíveis e adequadas a cada um dos agregados.

Considerando que, após a afixação da lista definitiva e, dada a impossibilidade de realojar todos os 37 candidatos admitidos de uma só vez, na medida em que existem habitações que, ainda não foram objeto de intervenção, foram convocados apenas aqueles cuja atribuição se prevê mais rápida.

Considerando que, de uma forma geral, os candidatos convocados aceitaram as habitações atribuídas, tendo apenas um candidato recusado e um outro não comparecido, quando convocado.

Considerando que face aos rendimentos declarados, é possível o cálculo das rendas apoiadas a aplicar a cada um deles;

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a distribuição das primeiras 20 habitações sociais pelos candidatos admitidos, no âmbito do procedimento concursal para este fim, bem como com o valor das rendas a aplicar, aquando da celebração dos respetivos contratos de arrendamento, constantes nos quadros seguintes:**



**1 – Rua António Lopes**

MORADOR	N.º POLÍCIA	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR
Francisco Henrique Cardoso	15	T3	62,80€
Rosa Maria Ferreira Dias	24	T3	133,30€
Cristina Alexandra Moreira S. Lérias	44	T3	4,85€
Leonel do Rosário Martins	47	T2	5,24€
Ruben Filipe Boiça Moreno	64	T3	26,33€
Dulce Helena Mendes Borges	70	T3	12,12€
Raquel Fernandes Jesus Pedroso	81	T1	5,24€
Fernanda do Rosário	87	T2	10,88€
Maria da Graça Pedreiro G. Santos	93	T2	10,88€

**2 - Rua Bairro do Camarnal**

MORADOR	N.º POLÍCIA	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR
Daniela Sofia Gomes Veloso	46	T2	46,11€
Cláudia Margarida Cardoso Lopes	47	T2	26,99€
António José Dias Pereira	49	T2	5,24€
Alfredo da Mota Silva	51	T2	5,02€
Vera Filipa Grácio Bispo	52	T2	54,44€

**3 - Rua Adriano M. Nobre**

MORADOR	N.º POLÍCIA	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR
Marina Alexandra F. Fernandes	18	T3	4,85€
Luís Filipe Silva Ferreira	82	T2	4,85€
Maria Antonieta Jesus Santos	88	T2	121,78€
Sandra Maria do Carmo Pereira	91	T3	55,34€

**4 – Avenida da Liberdade, Bloco L**

MORADOR	FRAÇÃO	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR
Maria Manuela S. Bento	4.º Esq.	T1	28,97€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

**5 – Rua Professor Melo Vieira, Bloco 5**

MORADOR	FRAÇÃO	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR
Maria Cristina Miranda	3.ª Esq.ª	T2	44,60€

**Mais delibera que o valor das rendas a aplicar entre em vigor, a partir de junho do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**8 - REQ. N.º 660/13 – PC N.º 112/13 – HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A.**

400 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de construção de um muro de vedação com prévia demolição de muro existente, a levar a efeito num prédio sito na Rua da Lagoa, na Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente informação técnica dos serviços de 02/05/2013 que atesta estar o projeto apresentado apto a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

**1. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

**1. Nos termos do disposto do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/02, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2. Nos termos do art. 80.ºA do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/02, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata do projeto e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
02/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 10

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

401 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 14:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião